

Jornal 30 de Agosto

Edição Pedagógica



Ano XXVIII - Edição Especial

Jornal da APP-Sindicato dos(as) Trabalhadores(as) em Educação Pública do Estado do PR

 FEVEREIRO DE 2018



EDUCADORES(AS) DO PARANÁ EM ESTADO DE GREVE!

CONTRA RETROCESSOS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA
E EM DEFESA DA LEGALIDADE.

NOVO ANO, MAIS LUTA E RESISTÊNCIA!

Finalizamos 2017 com muitas lutas em defesa dos direitos da nossa categoria. A redução nos salários de professores(as) PSS resultou na ocupação do Palácio Iguaçu em 18 dezembro de 2017 para forçar uma negociação com o governo. Um grupo de trabalho foi formado e a APP-Sindicato comprovou que não há nenhuma necessidade de redução nos vencimentos destes trabalhadores. Encerramos um ano de intensas lutas contra as reformas do governo golpista de Michel Temer, como da previdência e a trabalhista, mas também com pautas importantes no estado, como o calote de Richa sobre a nossa data-base, a redução da hora-atividade, pu-

nição e perseguição a professores(as) e funcionários(as) e redução salarial dos(as) PSS.

Mesmo diante deste cenário, não baixamos a guarda e iniciamos 2018 em luta contra a manutenção dos critérios da distribuição de aulas que prejudicarão milhares de professores(as), além dos demais temas, como a falta de complementação salarial aos(as) funcionários(as). Nossa assembleia de 27 de janeiro, definiu por aderir à greve nacional geral contra a reforma da previdência marcada, a princípio, para o dia 19 de fevereiro, que poderá ser modificada se houver alteração no calendário de votação no Congresso Nacional. Além disso, mantivemos um calendário intenso de mobilizações para pressionar o governo estadual a

atender nossa pauta de reivindicações. Nesse cenário, outra assembleia estadual da categoria está marcada para 3 de março.

Retomamos a luta a partir desta semana pedagógica debatendo nosso papel de educadores(as), nossa identidade e nossa tarefa. Hora de organizar as nossas escolas para receber os(as) estudantes, mas também organizar as ferramentas para a luta deste ano.

A APP-Sindicato precisa de representantes em cada escola do Estado e você é nosso convidado a fazer parte dessa luta. Faça parte da Comissão Sindical Escolar e venha com a gente!

Bom debate, boa luta e muitas conquistas neste novo ano! Eu tô na luta!

O(A) Educador(a) em Xeque – A Identidade Sob Ameaça

A constituição da identidade do(a) educador(a) está relacionada à práxis pedagógica. É pela práxis que os sujeitos subjetivam e objetivam sua existência. Só se é educador pelo ato pedagógico de ensinar. Igualmente podemos afirmar que, só se é estudante pelo ato pedagógico de aprender. É pela ação-e-reflexão que ocorre durante o ato pedagógico, que os sujeitos tornam-se cognoscentes da realidade e podem, assim, transformá-la.

Freire (1980) reflete sobre essa questão, ao tratar da necessidade de superação de um pensamento ingênuo e a constituição de um pensamento crítico como forma de modificação da realidade através da ação-e-reflexão pedagógica. Mas, ao se modificar a realidade, transformando-a, homens e mulheres modificam a si mesmos, constituindo identidades que respondem à realidade transformada. Como se constata, trata-se de um processo dinâmico que está circunstanciado histórico e culturalmente, imbricado às realidades concretas.

No entanto, a realidade não é um todo homogêneo e organizado. Ao contrário, é produto de múltiplas determinações, dos tensionamentos e interesses que os sujeitos objetivam ao produzi-la. E, em se tratando de educação, existem muitos interesses que interferem no ato pedagógico. Algumas dessas posições vão à contramão de uma educação para a autonomia e para a liberdade. Essas interferências acabam por afetar também a práxis pedagógica e recondicionam a identidade do educador(a).

Ganhou força na sociedade nos últimos anos uma forma de pensamento retrógrado, conservador e fundamentalista, dando origem a uma cultura de ódio e perseguição, sintetizada numa cruzada contrária às ditas 'ideologias à esquerda e de gênero' – que são os carros-chefes deste discurso. Este discurso invadiu a educação, e o movimento 'Escola Sem Partido' foi se legitimando e ganhando adeptos, inclusive da grande imprensa que tem caçado 'doutrinadores(as)' na de sala de aula.

Esse quadro agravou-se durante o período pós golpe de 2016. As mudanças ocorridas no MEC, de reorientação para uma concepção educação privatista e neoliberal, de deslegitimação do PNE, e as intervenções no Conselho e Fórum Nacionais de Educação e de reorganização curricular, confirmam o caráter de 'regime de exceção', que tomou conta da política brasileira neste último período de governo Temer. Na contramão da liberdade e autonomia, de garantia da Escola Pública, o que se vê é um ataque à Educação Pública. Os mentores(as) desse projeto acintoso, chegam a apontar o educador Paulo Freire como responsável pela 'derrocada' da educação brasileira, pois representa a ideologização da Educação que, segundo eles, tem levado ao fracasso.

A educação Pública já esteve, em outras ocasiões, na mira dos privatistas, mas, dessa vez, o ataque tem sido direto num dos aspectos mais profundos e sensí-

veis da educação. Miram diretamente na cabeça de um dos sujeitos mais importantes do processo educativo: o(a) profissional da educação. Tentam a todo custo reconstruir a sua identidade intimidando-o(a) com processos judiciais e caçando-lhe o direito à liberdade de pensamento e de expressão que lhe dá a possibilidade de criação dos saberes escolares.

O que estes grupos conservadores e retrógrados escondiam (e escondem) é que este ataque à liberdade da educação é profundamente ideológico.

É necessário e urgente desmascarar o compromisso aparente, o uso equivocado que fazem de uma expressão que em si mesma, é absurda: a tal 'neutralidade ideológica'. Essa pretensa neutralidade não passa de uma estratégia de fragilização profissional, pessoal e coletiva do(a) educador(a). Sua contradição não é inocente, uma vez que não existe neutralidade ideológica, pois todos(as) somos orientados(as) por uma ideologia, seja ela inclusiva ou excludente.

De acordo com uma nota do Ministério Público Federal sobre o Projeto de lei da Escola Sem Partido, a definição mais aceita de ideologia atualmente é a de Jonh B. Thompson, mostrando que a Ideologia:

são os modos pelos quais o significado (ou a significação) contribui para manter as relações de dominação. Um poder dominante pode legitimar-se envolvendo pelo menos cinco estratégias diferentes: 1 - promovendo crenças e valores compatíveis com ele; 2 - naturalizando e universalizando tais crenças de modo a torná-las óbvias e aparentemente inevitáveis; 3 - desqualificando ideias que possam desafiá-lo; 4 - excluindo formas rivais de pensamento; e 5 - obscurecendo a realidade social de modo a favorecê-lo.

Desta forma percebe-se que não existe 'ideologia neutra' e segundo Adorno, a ideologia é uma forma de "pensamento de identidade". Se eliminar o **pensamento** da identidade do(a) educador(a), o que restará? Pois o movimento conservador expulsa para além de suas fronteiras, o pensamento e as suas diferenças, a pluralidade.

A mesma nota do Ministério Público Federal ainda afirma que, de acordo com Eagleton, a ideologia não seria a verdade ou a teoria, mas as diferenças ou a heterogeneidade. Explicita-se assim o que orienta esta onda conservadora: o inconformismo com a vitória das diversas lutas emancipatórias no processo constituinte e as vozes dissonantes que passam a ser ouvidas.

Em outubro passado, foi apresentado na ALEP um projeto de lei (PL 606/2016) pelo Deputado Missionário Arruda (DEM) que institui no âmbito do Sistema de Ensino do Paraná o programa "Escola Sem Partido". Sobre isso, o Conselho Estadual de Educação (CEE-PR), em dezembro de 2017, em Nota Técnica, manifestou-se contrário a aprovação do projeto, uma vez que a proposta apresentada na ALEP "está eivado de inconstitucionalidade e de ilegalidade, considerando

os seus próprios fundamentos". Reitera o CEE-PR que o projeto "interfere na liberdade e autonomia da escola em estabelecer seu projeto político pedagógico, restringe as funções do(a) professor(a) e cerceia o direito do aluno aos conhecimentos acumulados pela humanidade". Arrebata a nota: "a escola não é um espaço neutro. (...) Negar esta realidade é negar a participação do aluno, é negar a docência, é contrariar a natureza da própria escola".

Os(as) defensores(as) do projeto da "Escola Sem Partido" negam uma sociedade aberta a múltiplas e diferentes visões de mundo; querem destruir o fato de a escola ser um espaço de emancipação política e para o fim das ideologias sexistas que condenam a mulher a uma posição culturalmente inferior; e querem perpetuar o racismo estrutural que condena a população negra à subalternidade.

Resta-nos tomar consciência de como esse processo destrutivo está tomando conta das escolas, das casas legislativas e da sociedade em geral, e conceber estratégias para impedir o seu crescimento, nos fortalecer em conjunto para que a escola seja um espaço de crítica e ação.

Encontramos assim, em Paulo Freire e em sua obra "A Pedagogia da Autonomia", os referenciais teóricos e metodológicos para embasar nossa compreensão sobre o que são os ataques à "identidade do(a) educador(a)" ou do(a) profissional da educação e o que é o ato educativo, e as questões que estão imbricadas.

O VALOR MÁXIMO DA EDUCAÇÃO

A **ÉTICA UNIVERSAL DO SER HUMANO** é um compromisso histórico para promoção da solidariedade que entende a vida humana como valor máximo, não pode ser substituída pela ética de mercado, principalmente quando tratamos do ato educativo, porque a ética de mercado estimula a desumanização, que transforma seres humanos em mercadoria. Isso tira o respeito e a dignidade, bem como, estimula divisões e naturaliza a pobreza e a miséria na sociedade, estimulando o individualismo e a competitividade que se expressam em tantos conflitos. Enfim, desconstrói o trabalho do(a) educador(a) em todos os níveis.

O ato educativo deve basear-se na "**ÉTICA UNIVERSAL DO SER HUMANO**", que é contra o cinismo que distorce discursos e intenções; condena a exploração da força de trabalho do ser humano e as acusações sem provas e não baseia-se em distorcer a verdade, em iludir o pouco instruído, em oprimir os menos privilegiados. Esta ética da qual Paulo Freire se vale, é contra a violência dos comportamentos grosseiros e hipócritas que subvertem pureza em puritanismo.

Assim, os temas da precarização, da falta de salários, das demissões, da falta de desrespeito por parte de governos, do adoecimento dos(as) profissionais da educação, do 'denuncismo' e da invisibilidade (sobre-

tudo dos(as) funcionários(as) de escola), precisam ser compreendidos como um conjunto de ataques orquestrados com os objetivos de tornar a educação uma mercadoria rentável e amordaçar os(as) educadores(as).

Ao tratar da ética universal, Paulo Freire destaca:

Falo (...) da ética universal do ser humano. Da ética que condena o cinismo do discurso citado acima, que condena a exploração da força de trabalho do ser humano, que condena acusar por ouvir dizer, (...) falsear a verdade, iludir o incauto, golpear o fraco e indefeso, soterrar o sonho e a utopia, prometer sabendo que não cumprirá a promessa, testemunhar mentirosamente, falar mal dos outros pelo gosto de falar mal. A ética de que falo é a que se sabe traída e negada nos comportamentos grosseiramente imorais como na perversão hipócrita da pureza em puritanismo. A ética de que falo é a que se sabe afrontada na manifestação discriminatória de raça, de gênero, de classe. É por esta ética inseparável da prática, jovens ou com adultos, que devemos lutar. E a melhor maneira de por ela lutar é vivê-la em nossa prática, é testemunhá-la, vivaz, aos educandos em nossas relações com eles. Na maneira como lidamos com os conteúdos que ensinamos (...). (2009, pp. 15-16).

De forma leve, criativa, provocativa, corajosa e esperançosa, Paulo Freire nos ensina que o dia-dia do(a) profissional da educação deve ser marcado por este debate e mostra a necessidade de vigilância contra as práticas de desumanização, os ataques a educação e do papel do(a) profissional da educação em diversos pontos dos quais destacamos quatro.

1. COMO EDUCADORES(AS) DEVEMOS, VEEMENTEMENTE, REJEITAR TODA FORMA DE DISCRIMINAÇÃO.

Atualmente estamos mergulhados(as) em discursos de ódio e intolerância que fazem parte do cotidiano escolar. Um exemplo disso são as acusações que educadores(as) por todo Brasil têm sofrido de estarem implantando a 'ideologia de gênero nas escolas', ideologia esta que não existe e não passa de um mito. A 'ideologia de gênero' foi criada para se obter poder político com base em um discurso moralizante e farisaico. Construiu-se a ideia de 'ideologia de gênero' distorcendo projetos como a 'escola sem homofobia e sem racismo' que combate a violência contra pessoas LGBTI's e negras.

A Ética Universal Humana que deve reger a educação afronta veementemente toda manifestação discriminatória de gênero, raça e classe, indispensável à convivência humana.

2. COMPREENDER QUE ENSINAR EXIGE RECONHECIMENTO E ASSUNÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL.

Está em curso no Brasil a falsa ideia da neutralidade educativa, de que um(a) educador(a) possa ser 'neutro(a)', o que é impossível. A defesa de um discurso de neutralidade só interessa aos que não têm compromisso social com a mudança. Querem deixar tudo como esta, o que naturaliza ou individualiza as desigualdades e vai contra a ética universal humana, que é cultural e coletiva. Nesse sentido, Freire nos alerta que a ideologia, defendida pelos grupos sociais ligados ao capital, é "fatalista, imobilizante, que anima o discurso neoliberal

e anda solta no mundo" (2009, p.19).

Para se contrapor a essa forma ideológica fatalista é necessária uma concepção social da educação (CHARLOT, 2013, p. 400):

Ou pensamos a educação a partir de uma teoria da natureza humana, e elaboramos uma ideologia que camufla e justifica ideologicamente as desigualdades sociais reais entre os homens [e mulheres] ou pensamos a educação com referência a um projeto de sociedade, e construímos uma pedagogia social. Uma pedagogia como essa, que explicita suas finalidades sociais, constitui uma arma na luta de classes.

Daí a importância do educador saber-se como **SUJEITO HISTÓRICO** e lucidamente político e ético, que têm o valor de formar cidadãos e cidadãs para a autonomia, íntegros(as) e fomentar o pensamento crítico, correto e livre do ser humano. Trata-se um compromisso, de se reconstruir a 'consciência histórica', o que "implica que homens e mulheres assumam seu papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo" (FREIRE, 1980, p. 26).

Assumir-se como ser social, histórico e possuidor de uma identidade cultural, sem a exclusão e discriminação de qualquer ordem, ou ainda, de compreender-se como "outredade" (FREIRE, 2009, p.41) que nos permitem assumir a radicalidade do nosso eu, como seres sociais e históricos.

3. COMPREENDER QUE ENSINAR EXIGE A DEFESA DOS DIREITOS DOS EDUCADORES.

A luta pelos direitos dos(as) educadores(as) é parte da "prática docente, enquanto prática ética" (FREIRE, 2009, p. 66), é algo que está intrínseco a esta condição. Compreender-se como sujeito político, que reivindica melhores condições trabalho que passam pela valorização da carreira, piso salarial adequado e formação inicial e continuada. É preciso saber que o sucesso da educação depende de melhores condições para todos esses sujeitos que compõem a escola. Isso implica em entender a necessidade de organizações coletivas, como por exemplo o **SINDICATO**.

É preciso participar dos problemas inerentes a nossa própria vida e da categoria. Como profissionais da educação devemos incorporar a frase "**um por todos e todos por um**". Não podemos ser vítimas do óbvio e achar que as condições materiais de nossa profissão são assim mesmo. Para isso é necessário que sejamos **representantes de nossas escolas** e em nossa comunidade, para participar das lutas em defesa da categoria que pertencemos e resistirmos aos ataques que nosso sindicato vem sofrendo, o que caracterizam um ataque à educação de qualidade.

Chamamos nossa categoria à luta pela defesa de sua própria **IDENTIDADE PROFISSIONAL**, manutenção e ampliação de direitos. Só através da unidade da categoria construiremos uma caminhada vitoriosa frente a esta conjuntura que se apresenta.

4. COMPREENDER QUE ENSINAR EXIGE SABER QUE A MUDANÇA É POSSÍVEL.

Por mais difíceis que sejam os caminhos, o desejo de todos os povos é o desenvolvimento intelectual e histórico. Mas isso obedece a uma lógica objetiva do

PROCESSO HISTÓRICO.

As mudanças e os ganhos conseguidos pela classe trabalhadora são frutos de muito esforço ao longo de muito tempo. Revela-se a necessidade de acreditar que as mudanças são possíveis, mesmo que essas sejam pequenas ou muitas vezes, difíceis de serem notadas. De acordo com Freire (2009) é a partir desta crença fundamental, de que a mudança é possível, que ela acontece:

Mudar é difícil, mas é possível (...). O êxito de educadores está centralmente nesta certeza que jamais os deixa de que é possível mudar, de que preservar situações concretas de miséria é uma imoralidade (FREIRE, 2009, p. 79).

É possível então afirmar que somos capazes de intervir na realidade. "*No mundo da história, da cultura, da política, constato, não para me adaptar, mas para mudar*" (FREIRE, 2009, p. 77). Esta é uma tarefa muito mais complexa e geradora de novos saberes do que simplesmente nos adaptarmos a realidade como ela se apresenta.

Não podemos ficar apáticos neste momento tão difícil. Este abatimento percebido em tantos colegas converte-se em adoecimento físico e psíquico, o que vemos na quantidade de profissionais afastados, nas filas das perícias e psiquiatrias. Somos uma das categorias profissionais que mais adoecem, o que se torna óbvio, pois somos duramente perseguidos e esvaziados de sentidos.

Assim...

Fica evidente a sensibilidade de Paulo Freire ao problematizar o ato educativo e o valor da solidariedade como contraponto às distorções ideológicas da "ética de mercado".

O(A) educador(a) é **AGENTE NA EDUCAÇÃO**, uma forma de luta capaz de promover e instaurar a "**ÉTICA UNIVERSAL DO SER HUMANO**" e esta, deve ser movida pela alegria, sem abrir mão do sonho, pelo rigor com o saber e pela simplicidade e humildade que é inseparável do **SABER DA COMPETÊNCIA**.

Existem outros elementos muito importantes trabalhados por Freire no livro "**PEDAGOGIA DA AUTONOMIA**". Convidamos a todos(as), para nesta **SEMANA PEDAGÓGICA** aprofundarem este estudo sobre a "Identidade do(a) Educador(a) e o Ato Educativo, na obra deste intelectual inigualável.

Referência Bibliográfica:

CEE – PR. **Nota Técnica: Manifestação do Conselho Estadual de Educação sobre o projeto de lei denominado "Escola sem partido"**. Disponível em: <http://appsindicato.org.br/projeto-de-lei-escola-sem-partido-cee-elabora-nota-tecnica/>. Acessado em: 31 de janeiro de 2018.

CHARLOT, Bernard. **A mistificação pedagógica. Realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação**. São Paulo: Cortez, 2013.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: Uma Introdução**. Trad. Silvana Vieira e Luís Carlos Borges. São Paulo, Boitempo, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**, São Paulo: Paz e Terra, 2009.

_____. **Conscientização. Teoria e prática da libertação**. São Paulo: Moraes, 1980.

MPF/PFDC. **Nota Técnica 01/2016: Opinião a respeito da proposta do Movimento Escola sem Partido e análise e manifestação sobre a Proposição Legislativa 867/2015, que inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido"**. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/educacao/saiba-mais/proposicoes-legislativas/nota-tecnica-01-2016-pfdc-mpf>. Acessado em: 31 de janeiro de 2018.

Estamos em Estado de Greve. Saiba o porquê:

PAUTA EM DEFESA DA LEGALIDADE - CONTRA O RETROCESSO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ



Reajuste salarial – 8,53% (01 janeiro de 2016 a 30 abril de 2017) para aposentados(as) e da ativa.



Resolução de distribuição de aulas – pelo cumprimento da lei da jornada 1/3 hora atividade e não ao ataque às licenças legais.



Contra a redução de salários dos(as) professores(as) e funcionários(as) contratados(as) pelo PSS.



PDE – Edital imediato e reconhecimento de mestrado e doutorado para fins de avanço na carreira.



Concurso Público para funcionários(as) de escola e professores(as).



Não à militarização, autarquização, terceirizações de escolas.



Equiparação do auxílio-transporte dos(as) funcionários(as) ao que é recebido pelos(as) professores(as), reajuste do vale-alimentação e pagamento do salário mínimo regional para os(as) funcionários(as) de escola que recebem menos que o mínimo regional.



Contra a aprovação da Lei da Mordaza (Escola sem partido).



Contra o fechamento de turmas e escolas



Contra a implantação do Novo Ensino Médio.



Retirada das faltas de greve.

Calendário de lutas:

Fevereiro

1 a 9: Distribuição de Aulas.
4: Grito de Carnaval em Paranaguá.
5: Ato Estadual na ALEP – Contra o Desmonte da escola Pública, Contra a Resolução de distribuição de aulas (Res. 15/2017), Contra a redução dos salários dos PSS, pela Data Base e Piso Nacional.
11 a 13: Carnaval – Bloco do “Beto Reprovado”. Distribuição de materiais durante todo o carnaval.

15 e 16: Semana Pedagógica – Eleição das Comissões Sindicais Escolares
16 a 18: Recepção e/ou Vigília aos(as) Deputados(as) Federais para posicionamento sobre a Reforma da Previdência.
19: GREVE GERAL NACIONAL contra a Reforma da Previdência (ou data convocada pelas Centrais Sindicais).
22, 23 e 24: Caravana da Educação na região de Curitiba para debater pauta e a construção da greve.
26/02 a 01/03: Assembleias Regionais para avaliação e preparação da Assembleia Estadual.

ASSEMBLEIA ESTADUAL DA APP-SINDICATO 03 de março

CURITIBA - PR

EXPEDIENTE

APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná - Filiação à CUT e à CNTE. Av. Iguaçu, 880, Rebouças, Curitiba / PR - CEP 80.230-020 - Tel.: (41) 3026-9822
Presidente: Hermes Silva Leão | **Secretário de Comunicação:** Luiz Fernando Rodrigues | **Secretário Executivo de Comunicação:** Claudinei Pereira | **Assessor de Comunicação:** Tiago Tavares Somma | **Jornalistas:** Aline D'ávila de Lima, Fabiane Lourencetti Burmester (4305-PR), Uanilla Pivetta (8071-PR) e Alexandro Kurovski (6430-PR) | **Diagramação:** Rodrigo Romani
Técnica em atendimento (fale conosco): Valdirene de Souza | **Monitor de redes e mídias sociais:** Luan Pablo Romero de Souza. **Impressão:** WL Impressões | **Tiragem:** 60mil exemplares.
Produção em parceria com a Secretaria Educacional da APP-Sindicato - educacional@app.com.br
Texto: Ana Carolina Dartora. Revisão: Taís Mendes, Cleiton Costa Denez e Antonio Frutuoso

Gestão Somos mais APP – Em defesa da Escola Pública (2017-2021) - Hermes Silva Leão [Presidente], Arnaldo Vicente [Secretário de Formação Política-Sindical e Cultura], Celso José dos Santos [Secretário de Assuntos Municipais], Clau Lopes [Secretário Executivo da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBT], Claudinei Pereira [Secretário Executivo de Comunicação], Cleiton Costa Denez [Secretário Executivo Educacional], Elizama-ra Goulart Araújo [Secretária de Sindicalizados(as)], Joana Darc Franco Bertoni [Secretária Executiva de Saúde e Previdência], Joselisa Teixeira de Magalhães [Secretária de Política Social e Direitos Humanos], Lirani Maria Franco [Secretária da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBT], Luiz Carlos dos Santos [Secretário de Promoção de Igualdade Racial e Combate ao Racismo], Luiz Fernando Rodrigues [Secretário de Comunicação], Marcia Aparecida de Oliveira Neves [Secretária Executiva de Assuntos Municipais], Maria Madalena Ames [Secretária de Administração e Patrimônio], Mario Sérgio Ferreira de Souza [Secretário de Assuntos Jurídicos], Nádia Brixner [Secretária de Funcionários(as)], Paulo Sérgio Vieira [Secretário Executivo de Formação Política-Sindical e Cultura], Ralph Charles Wendpap [Secretário de Saúde e Previdência], Simone Checchi [Secretária de Política-Sindical], Taís Mendes [Secretária Educacional], Tereza Lemos [Secretária de Organização], Valci Maria Matos [Secretária de Aposentados(as)], Vanda do Pilar Santana [Secretária Geral], Walkiria Olegário Mazeto [Secretária de Finanças].



appsindicato.org.br



APP-Sindicato



@appsindicato



@appsindicato